



PLANO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (PNBU): visão histórica

Eixo Temático: Gestão e Políticas de Informação
Modalidade: Apresentação Oral

Edilene Toscano Galdino dos Santos
Eliany Alvarenga de Araújo
Maria de Fátima Nunes

1 INTRODUÇÃO

Embalado pelo desenvolvimento econômico, em meados do século XX, o Brasil começa a necessitar de informação tecnológica demandada por um parque industrial, que começa a ser instalado.

Essa fase histórica brasileira em que apesar de estar politicamente em plena Ditadura Militar, estava-se aberta a influência de organismos internacionais como a ONU e suas ramificações a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além do Fundo Monetário Internacional (FMI), que promoviam o crescimento dos países em desenvolvimento, com suas indicações de planejamento para todos os setores da gestão pública e o Brasil tem a colher nesta fase uma plêiade de planos que nortearam o desenvolvimento do país.

Para atender a demanda de desenvolvimento científico e tecnológico são reformulados alguns órgãos governamentais dos quais a Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBCT) como proposta de atualizar o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), cujo objetivo era o “aperfeiçoamento de pessoal de nível superior” e “promover a investigação científica e tecnológica para atender a demanda potencial e crescente do desenvolvimento nacional” (TARAPANOFF, 1984, p. 285).

Contudo, é com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's I, II, III) que o país contempla um desenvolvimento de informação, ciência e tecnologia de maneira planejada, incluindo os Planos de Desenvolvimento Científica e Tecnológico (PBDCT's I, II, III) (AMARAL, 1991, p. 71). É no âmbito dessas políticas que foi



lançada a semente do desenvolvimento de Bibliotecas Universitárias, embora os Planos não abordassem diretamente esta temática.

2 A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

O marco inicial do ensino superior foi em 1808 com a criação das Escolas na Bahia e Rio de Janeiro, porém a universidade na compreensão de universidade como centro de ensino com autonomia, possui seu marco no século XX, diante da compreensão de ensino livre, vão ser constituídas a Escola Universitária Livre de Manáos (1909), no Estado do Amazonas no norte do país, a Universidade de São Paulo (1911), no sudeste e a Universidade do Paraná (1912) no sul, as duas últimas eram privadas. A universidade pública tem início com o decreto 14.343 de 1920, no governo de Epitácio Pessoa, que cria a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), aglutinando três instituições: a Escola Politécnica, a de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Direito, sendo atribuída autonomia didática e administrativa. (FÁVERO, 2006; FÁVERO; LIMA, 2011; TUFFANI, 2011).

Após a criação da primeira universidade pública federal instituída por decreto presidencial, surgem as discussões sobre a concepção de universidade e qual o modelo a ser adotado pela universidade brasileira, esse debate dura toda a década de 1920. Chegada a década de 1930, ocorre uma efervescência política com a revolução que alça ao poder Getúlio Vargas. A reforma da educação brasileira nesse período vai marcar profundamente a universidade brasileira que passa a ter um estatuto, criado pelo decreto-lei nº 19.851 de 1931, dispõe sobre a criação de universidades públicas federais, estaduais e particulares, tratando ainda, da característica da universidade, administração, organização didática, admissão aos cursos, entre outros temas relacionados. (BRASIL, 1931).

Sendo o estatuto das universidades brasileiras um fator positivo, traz em seu bojo, a instituição da pesquisa científica no âmbito da universidade. Embora as diretrizes desse estatuto não tenha sido implantado como deveria, devido ao momento político de regime autoritário, fazendo com que fosse uma ilusão, a exemplo, a autonomia universitária. Após lançada as bases da universidade no Brasil, as décadas de 1940 e 1950 não consolida a modernidade da universidade



brasileira, ao contrário destoava do grande momento de desenvolvimento econômico que passava o Brasil.

Com a consolidação do ensino, pesquisa e extensão como formato da universidade no Brasil, as décadas seguintes consolidam a pesquisa na universidade como fator de desenvolvimento, embora, sendo preciso as ações da CAPES e CNPq na formação de pessoal capacitado para desenvolver ciência na universidade. A atualidade apresenta uma reforma universitária que compreende a universidade como ação estratégica da nação, para o desenvolvimento econômico e social do país.

2.1 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Ao se pensar em ensino superior se faz imprescindível, também se pense em bibliotecas, pois a universidade tem na biblioteca universitária seu suporte para o ensino, pesquisa e a extensão. Segundo Ferreira (1980, p. 7).

Atualmente a biblioteca é importante para o ensino em geral, no ensino superior seu papel é proeminente em virtude do valor da própria universidade, pois nenhuma outra instituição ultrapassa em magnitude a contribuição universitária, a qual torna possível o formidável avanço tecnológico e científico que se registra todos os campos do conhecimento.

Dessa forma, a biblioteca universitária se reveste de uma relevância para uma nova concepção de planejamento para o desenvolvimento científico e tecnológico, cujas fronteiras são avançadas cada vez mais.

O crescimento da ciência e tecnologia promovido pelas pesquisas que a universidade proporciona às bibliotecas universitárias “competem fornecer serviços de informação científica e tecnológica em níveis compatíveis com as necessidades dos usuários servindo de apoio imprescindível a essas atividades” (MERCADANTE, 1990, p. 13). Evidencia-se, portanto, a necessidade de planejamento para desenvolver a biblioteca universitária.

A realidade brasileira, entretanto, apresentava uma Biblioteca Universitária sem autonomia orçamentária e dependendo de circunstâncias sócio-econômico-culturais, uma possibilidade de mudança estaria na reforma universitária que estabeleceu os princípios para o desenvolvimento da universidade brasileira, ainda que fosse omissa quanto a biblioteca universitária. Fatores como: desconhecimento por parte



do bibliotecário dos objetivos da universidade; isolamento da biblioteca; distorção na visão da universidade quanto ao papel da biblioteca nesse contexto universitário entre outros. Foram dificuldades enfrentadas para se ter a Biblioteca Universitária em um lugar de destaque dentro ensino superior do País. (TARAPANOFF, 1987).

A partir desse contexto surge a criação da Comissão Nacional de Diretores de Biblioteca Centrais Universitárias, cujo resultado, foi à criação da Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU), que tinha por objetivo “reunir dirigentes das bibliotecas universitárias para debater e reivindicar condições de desenvolvimento para as bibliotecas universitárias do país”. (GARCIA, 1991, p.5). Entretanto, não teve a ABBU vida longa, surgindo o SEMINÁRIO NACIONAL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, que passou a ser um importante fórum para discussão do papel da biblioteca universitária, diante da reforma universitária e do planejamento bibliotecário para Bibliotecas Universitárias no Brasil.

2.1.1 Planejamento da Biblioteca Universitária no Brasil

O planejamento bibliotecários no Brasil é um fator que adquire um aspecto de ordenação a partir da década de 1970, influenciado pelo contexto de planejamento econômico e pelo primeiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que ocorreu em 1973.

Para Miranda (1977, p. 52) o planejamento “consiste em diagnosticar as necessidades, identificar os objetivos, requerer assistência, distribuir e fiscalizar os recursos, avaliar os desempenhos e desenvolvimentos e recomendar as necessárias adaptações”. Esse conjunto de ações ordenadas compõem os princípios de organização de um processo de planejamento.

Transpor esse conhecimento de planejamento ao ambiente bibliotecário em especial à biblioteca universitária constitui um desafio. Ainda na década de 1970, Lima (1977, p. 850) revela que,

[...] esforços isolados de observação e interpretação de dados nos levam a concluir que as bibliotecas universitárias brasileiras, embora recebendo reforços de verbas, principalmente através de convênios para cursos de pós-graduação e pesquisas, não mereceram até hoje um tratamento sistemático, continuam crescendo desordenadamente, sem objetivos próprios e sem visar, como deveriam, a integração com os objetivos das universidades.



É nesse contexto, que se situa a primeira experiência brasileira de planejamento da biblioteca universitária com as discussões ocorridas nos primeiros SNBU's, que funcionou como fórum, para formulação de uma planificação da biblioteca universitária brasileira. Intento que se torna realidade a partir da segunda metade da década de 1980, com o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias.

2.1.2 Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

A comunidade bibliotecária não estava alheia ao cenário nacional de progresso, tanto que o ideário de bibliotecários que imaginavam um planejamento conjunto com o planejamento educacional e plano geral de desenvolvimento é discutido na “Conferência de São Paulo” em 1951 fortalecendo essa ideia não apenas para América Latina e Brasil, mas para o resto do mundo. Segundo Tarapanoff (1987) o planejamento bibliotecário se impulsiona na América Latina e Brasil com as ideias de Carlos Vitor Penna nos anos de 1960 quando introduziu o conceito de planejamento bibliotecário.

Considerando planejamento bibliotecário um instrumento de racionalidade administrativa constitui um marco para a América Latina. Considerava também que o planejamento bibliotecário não poderia acontecer de forma isolada, porém dentro de um planejamento educacional que por sua vez está em um macroplanejamento. Com a implementação das políticas de C&T e da Pós-Graduação principais instrumentos de demanda por informação na Biblioteca Universitária, com um pensamento expandido para a noção de planejamento para o desenvolvimento bibliotecário e com a crescente reflexão sobre a Biblioteca Universitária.

3 PLANO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (PNBU)

No Brasil o planejamento para desenvolvimento da Biblioteca Universitária segue uma trajetória histórica que passa pelo contexto do desenvolvimento de políticas de Informação, Ciência e Tecnologia e política para a Pós-Graduação.

O cenário apresentado dá-se com o surgimento de planos de desenvolvimento global e setorial, favorecendo a racionalidade dos investimentos. Corroborando para esta racionalidade está às ações programadas em Informação, Ciência e Tecnologia



que define as responsabilidades para cada setor abordando indiretamente o subsetor das Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior (IES). Chastinet (1989, p. 43) menciona que “o fortalecimento das IES e especificamente da Pós-Graduação apresenta forte reflexo em suas bibliotecas que passaram a melhor organizar-se internamente”.

Os diretores das Bibliotecas Centrais formaram a ABBU, iniciando uma luta sistematizada para melhoria da Biblioteca Universitária, tendo as discussões, continuidade a partir do I SNBU, que se tornou importante foro para debater sobre a Biblioteca Universitária, cuja consequência foi à criação do PNBU.

De acordo com Chastinet (1989, p.45)

[...] em abril de 1986, através de Portarias Ministeriais é aprovado o PNBU, integrando 12 diretrizes e 46 ações. Na mesma ocasião é criado o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, com a finalidade de assegurar as condições necessárias à implantação do PNBU.

Para Garcia (1991, p. 4) o PNBU,

[...] pode ser visto como uma resultante de movimentos e ações anteriores, partidas da comunidade profissional de bibliotecários acadêmicos e de profissionais burocratas, incrustados em setores dinâmicos da administração pública federal e envolvidos em programas nacionais de desenvolvimento das universidades, dos cursos de Pós-Graduação, dos grupos e instituições de pesquisa e dos sistemas e serviços de informação científica e tecnológica.

O PNBU desenvolve-se tendo suas ações implementadas, porém o processo é descontínuo, chegando aos dias atuais sem efetividade, visto que “o governo fechou os programas específicos que mantinham para as bibliotecas universitárias no MEC e dotou uma série de medidas que são importantes, mas que estão longe de conduzirem à solução do problema”. (MIRANDA, 1978).

Percebe-se, portanto, que a história tem revelado que foi o PNBU de fundamental importância como política para o desenvolvimento da Biblioteca Universitária como suporte à Universidade Brasileira, principal instrumento de desenvolvimento de Informação Ciência e Tecnologia no Brasil.

Dessa forma, lança-se o estudo com as seguintes indagações: Quais contextos sócio-políticos e institucional favoreceram o desenvolvimento do PNBU? Quais as ações desenvolvidas pelo PNBU? Que elementos dos contextos históricos podem explicar o encerramento do PNBU e quais as consequências? A partir destas



indagações objetivamos analisar os contextos de idealização, execução e encerramento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias-PNBU e a partir desta análise registrar um momento extremamente rico do planejamento bibliotecário brasileiro, bem como, explicitar como os diferentes contextos (político, organizacional, cultural e técnico) atuaram no âmbito do PNBU.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Maria Barros Maia do. O cenário da política nacional de informação no Brasil. **Informação e Sociedade**: estudos. João Pessoa, v.1, n.1, p. 68-81. 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 287/86. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1986. Seção 1, p. 6050-6052.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Portaria n. 288 de 24 de abril de 1986. Cria o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias.

BRASIL. Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário. Diário Oficial da União, Brasília. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BIBLIOTECA universitária: ação da SESu na área das bibliotecas. Brasília: SESu, 1985. Fotocópia.

CHASTINET, Yone. Participação da comunidade na implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNBU. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**, 6., 1989, Belém. Anais... Belém. p. 39-47. v. 2.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; LIMA, Helena Ibiapina. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Origens, Construção e Desenvolvimento. In: MOROSINI, Marília (Org). **Universidade no Brasil: concepções e modelos**. 2. Ed. Brasília: INEP, 2011. 299 p. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em: 08 maio 2014.

FERREIRA, Lusimar Silva. **Bibliotecas universitárias brasileiras**: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas. São Paulo: Pioneira, 1980. 118 p.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. **Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias**: planejamento e permanência. [s.l.]: 1991. 42 p.

LIMA, Etelvina. A biblioteca no ensino superior. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. v. 5, n. 2, jul./dez. 1977.



MERCADANTE, Leila M. Z. (coord.) **Análise de modelos organizacionais de bibliotecas universitárias nacionais**. Brasília: MEC/SESu, 1990. 82 p.

MIRANDA, Antonio. **Planejamento bibliotecário no Brasil: a informação para o desenvolvimento**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1977. 135 p.

_____. Biblioteca Universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**, 1, 1978, Niterói. Anais... Niterói:UFF/Núcleo de Documentação, 1979. p. 175-189.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento da informação científica e técnica do Brasil. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 284-301, set. 1984.

_____. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-econômica e estrutural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 5, 1987, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS/MEC, 1987. p. 9-35. v.2.

TUFFANI, Eduardo. A Faculdade Paulista de Letras e Filosofia. **Soletras**, São Gonçalo, v. 11, n. 21, jan./jun. 2011. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em: 13 jun. 2014.